

Americana, 09 de janeiro de 2014.

PARECER TÉCNICO ARES-PCJ Nº 01/2014

ASSUNTO: REAJUSTE DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE LEME

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE LEME - SAECIL

I. DO OBJETIVO

Este Parecer Técnico tem por objetivo apresentar o resultado da análise da solicitação de reajuste dos valores das tarifas de abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e demais preços públicos para o Município de Leme, encaminhada à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ.

II. DOS FATOS

A Superintendência de Água e Esgoto de Leme - SAECIL, através dos Ofícios nº 170/13 GDP de 04/12/2013 e 04/14 GDP de 03/01/2014, solicitou à ARES-PCJ reajuste dos valores das tarifas de água e esgoto e aumento na proporcionalidade entre tarifas de água e esgoto dos atuais 50% (cinquenta por cento) para 70% (setenta por cento) em todas as faixas e categorias de consumo.

A SAECIL é o prestador dos serviços de água e esgoto do Município de Leme e utiliza historicamente o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para reajustar os valores das tarifas praticadas.

III. DO FUNDAMENTO LEGAL

a) ARES-PCJ

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ é associação pública, constituída na forma jurídica de consórcio público de direito público e tem por objetivo a regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico dos municípios consorciados, através da gestão associada de serviços públicos, em atendimento às Leis Federais nº 11.107, de 06/04/2005 e 11.445, de 05/01/2007.

Compete à Agência Reguladora PCJ fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos municípios associados.

b) Município de Leme

O Município de Leme firmou o Convênio de Cooperação nº01/2013 com interveniência-anuência da Superintendência de Água e Esgoto de Leme – SAECIL para delegação de competências municipais de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico e o ratificou através da Lei Municipal nº 3.32, de 30/10/2013.

Através do Decreto nº 6.393/2013 o Município de Leme criou e nomeou os membros do Conselho de Regulação e Controle Social, em atendimento à Resolução nº 01/2011, da ARES-PCJ.

O Município de Leme possui 97.505 habitantes e é atendido em:

- Abastecimento de Água Tratada = 100%
- Coleta e Afastamento de Esgoto = 100%
- Índice de Tratamento de Esgoto = 60%

c) SAECIL

Em outubro de 1963, o serviço de abastecimento de água e de afastamento de esgotos foi transformado em autarquia municipal. Através da Lei nº 713 de 18/07/1966 foi criado o Departamento de Água e Esgoto de Leme – DAEL e com a Lei nº 1186, de 07/11/1973, a denominação foi alterada para Superintendência de Água e Esgoto de Leme – SAECIL.

A autarquia é responsável pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem urbana no Município de Leme.

IV. DA ANÁLISE

a) Receitas e Despesas

A SAECIL apresentou resumo da execução orçamentária para o exercício de 2013, contemplando as receitas percebidas no período de 01/01/2013 a 17/12/2013 e as despesas com pessoal, obras, materiais e serviços necessários para atendimento dos serviços necessários à população de Leme, resumidas na forma:

RECEITAS	PROPORÇÃO
Receita bruta patrimonial	0,53%
Receita bruta de serviços	85,00%
Outras receitas	14,47%
TOTAL	100,00%

DESPESAS	PROPORÇÃO
Pessoal e encargos sociais	27,54%
Juros, encargos, amortizações e refinanciamentos da dívida	11,95%
Investimentos	8,07%
Energia elétrica	9,95%
Produtos químicos	5,89%
Outros serviços e materiais	36,60%
TOTAL	100,00%

Da análise dos dados é possível observar que as proporções de despesas apresentadas com pessoal, energia elétrica e produtos químicos apresentam valores módicos e em consonância com a adequada prestação de serviços.

Os recursos despendidos com juros, encargos, amortizações e refinanciamentos da dívida participam em maior proporção que a parcela destinada aos investimentos, em parte devido às obras de execução do emissário de esgotos do Ribeirão do Meio até a ETE Anselmo Luigi Faggion, que entrou em operação em outubro/2013.

Os custos operacionais e de amortização da dívida para com o tratamento de esgoto previstos para o exercício de 2014 são compostos na forma:

Item	Despesa prevista para 2014 (R\$)
Amortização dos investimentos	2.400.000,00
Energia elétrica	2.400.000,00
Pessoal	468.000,00
Manutenção	132.000,00
Total	5.400.000,00

Até a data de 17/12/2013 a receita realizada de serviços, prevista em R\$ 23.013.585,00, havia atingido o montante de R\$ 17.603.539,26 ou 76,5% do total. A previsão orçamentária total para o município para o exercício de 2013 foi de R\$ 26.719.785,00.

b) Inadimplência

Os percentuais observados de inadimplência no município de Leme revelam-se altos se comparados a municípios de igual porte, mesmo na faixa acima de 90 dias do vencimento

(5,2%), cujos valores não recebidos constituem importante fonte de receita e merecem atenção da política de cortes da autarquia.

DATA	INADIMPLÊNCIA
Até o vencimento (em outubro de 2013)	53,8%
Até 30 dias após vencimento	82,8%
Até 90 dias após vencimento	94,8%

c) Investimentos

A SAECIL realizou em setembro/2013 um Planejamento Estratégico que, em consonância com o Plano de Saneamento Básico que está sendo elaborado, elencou um total de 14 projetos para ampliação e modernização do sistema de saneamento básico do município no triênio 2014-2016, com um montante de investimentos estimado em R\$ 22.751.469,46, a seguir resumido.

Tipo de Projeto	Quantidade	Valor estimado (R\$)
Novas adutoras de água tratada	2	10.978.705,16
Galerias de águas pluviais	2	3.059.069,38
Substituição de redes de água	2	992.765,92
Coletor de esgotos	1	82.520,00
ETE compacta	1	676.000,00
Tratamento de lodos da ETA	1	2.000.000,00
Reservação de água	1	1.185.429,00
Troca de hidrômetros	1	1.831.980,00
Modernização do sistema	3	1.945.000,00
Total	14	22.751.469,46

Do total de quatorze projetos relacionados existem dois, relativos a construção de galerias de águas pluviais, que são serviços de competência da SAECIL mas cuja remuneração não deve ocorrer por subsídio cruzado a partir das tarifas de água e esgoto, sendo recomendada a criação de taxa ou dotação específica a partir do titular dos serviços para custeio da manutenção e ampliação da drenagem urbana no município de Leme.

Todavia, ainda que excetuados os projetos de drenagem urbana do Plano de Investimentos, resta um total de investimentos da ordem de R\$ 19.692.400,08 que, se sujeito plenamente a financiamentos ou repasses com uma contrapartida média de 30%, implicam em um desembolso total da ordem de R\$ 6 milhões ao longo dos três anos de planejamento.

O Plano Plurianual – PPA da SAECIL para o quadriênio 2014-2017 prevê um orçamento para 2014 de R\$ 22.760.000,00 em obras e serviços de manutenção e melhorias, mas ainda não há contratos de repasse firmados ou definição dos projetos a serem executados efetivamente em 2014 para previsão firme de despesas.

d) Reajuste Anterior

O último reajuste de tarifas e preços dos serviços públicos de água e esgoto no município de Leme foi aplicado em 17/12/2012, nos termos dos Decretos Municipais nº 6.266/2012 e nº 6.267/2012 que alteraram tarifas e preços públicos, respectivamente.

Na ocasião, o reajuste das tarifas de água e esgoto foi da ordem de 7,2% sobre os valores do Decreto Municipal nº 6.072/2011.

No município de Leme a Lei Municipal Complementar nº 617/2011 autoriza a SAECIL a realizar aumento da cobrança dos serviços de esgotamento sanitário, em função do consumo de água, na proporcionalidade para 70% para os imóveis servidos com coleta de esgoto e 100% para aqueles em que o serviço de tratamento de esgoto também é prestado.

Todavia, a cobrança ainda é realizada atualmente na proporção de 50% para todos os imóveis, independente da prestação do serviço de tratamento de seus esgotos.

e) Inflação Acumulada

A inflação acumulada no período, considerada pela ARES-PCJ para efeito dos estudos do presente reajuste tarifário em termos da variação acumulada do IPCA/IBGE, entre os meses de novembro/2012 (Número Índice = 3.574,22) e novembro/2013 (Número Índice = 3.780,61), na ordem de 5,77% (cinco vírgula setenta e sete por cento), conforme a Tabela 1, do Anexo I.

f) Equilíbrio Econômico-Financeiro

Verifica-se que a realização de reajuste tarifário consiste procedimento fundamental para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da autarquia, considerando as variações inflacionárias observadas dos valores dos salários, insumos e investimentos necessários para a garantia da qualidade na prestação dos serviços.

Informações apresentadas pelo prestador apontam para uma variação das tarifas no período 2006-2013 de 31,40%, contra uma variação apurada do IPCA no mesmo período de 44,57%, ou seja, com tarifa deficitária em 13,17%. Todavia, a análise dos mesmos índices no período do último reajuste tarifário aponta superávit na tarifa de 0,8%.

Considerados os custos dos principais insumos do abastecimento de água e esgotamento sanitário, quais sejam os produtos químicos, energia elétrica, óleo diesel e pessoal, observou-se uma variação média de 99% no período 2008-2013, que acumula o déficit já demonstrado ao crescimento populacional e de cobertura de serviços experimentado pela SAECIL e município de Leme.

A análise da distribuição acumulada dos consumos das principais faixas, para a referência outubro/2013, revela que cerca de 80% dos consumidores residenciais apresentam

consumos de até 20 m³/mês, comportamento esperado e em conformidade com municípios de mesmo porte como ilustra a Figura 1.

Da mesma análise é possível observar que os consumidores da categoria Residencial Social, ao contrário do esperado, apresentam média de consumo superior a categoria Residencial Normal, com 80% dos consumos até valores de 24 m³/mês, comportamento que merece atenção da política de isenções da autarquia enquanto importante instrumento social, mas cujo uso racional da água deve ser priorizado e para preservação de receita e saúde financeira do prestador.

Em consonância com as resoluções da ARES-PCJ e em prol do uso racional da água, previsto no inciso XIII do Art. 2º da Lei federal nº 12.862/2013 que altera a Lei de Saneamento, o benefício da Tarifa Residencial Social não deve incidir sobre consumos que excedem o valor de 30 m³/mês.

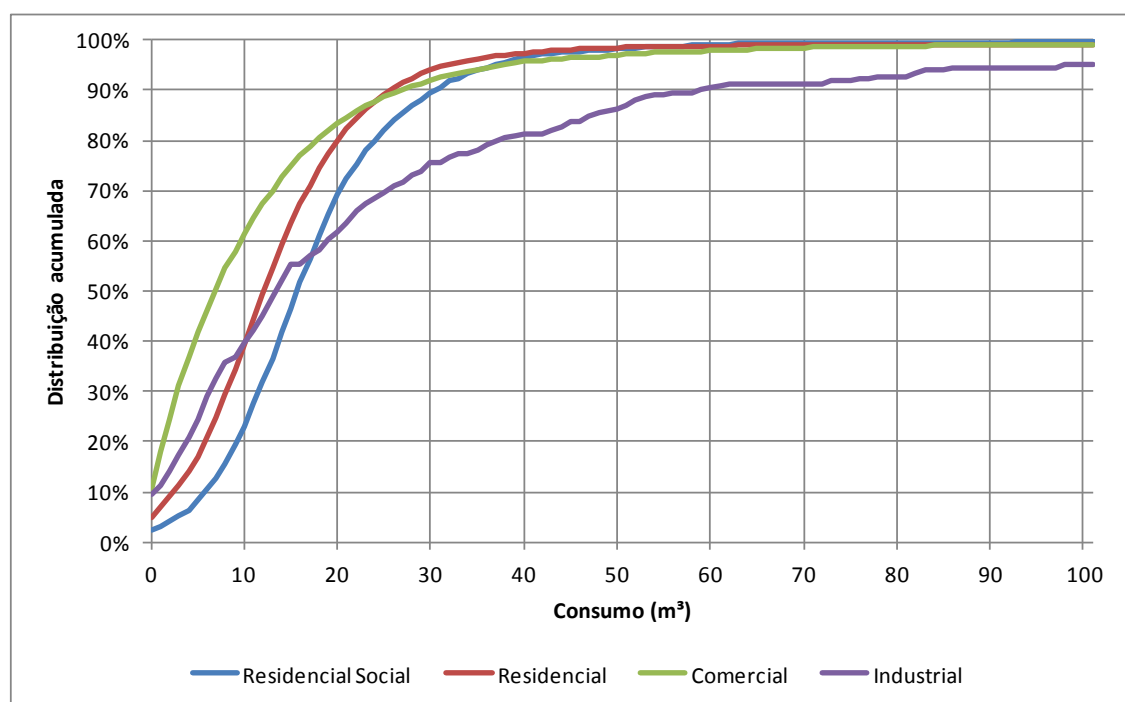


Figura 1 - Distribuição acumulada de consumos (Referência: outubro/2013)

Análise detalhada das tarifas unitárias (em R\$/m³) nas faixas administradas pela SAECIL, em particular da faixa de consumo entre 11 e 20 m³, revela uma evolução descendente dos valores nas categorias Residencial, Residencial Social, Industrial, Insumo de Produção e Clubes Recreativos conforme Figura 2 e cuja tarifação regressiva implica em tarifas unitárias menores para consumos cada vez maiores e uma cobrança menos justa e adequada.

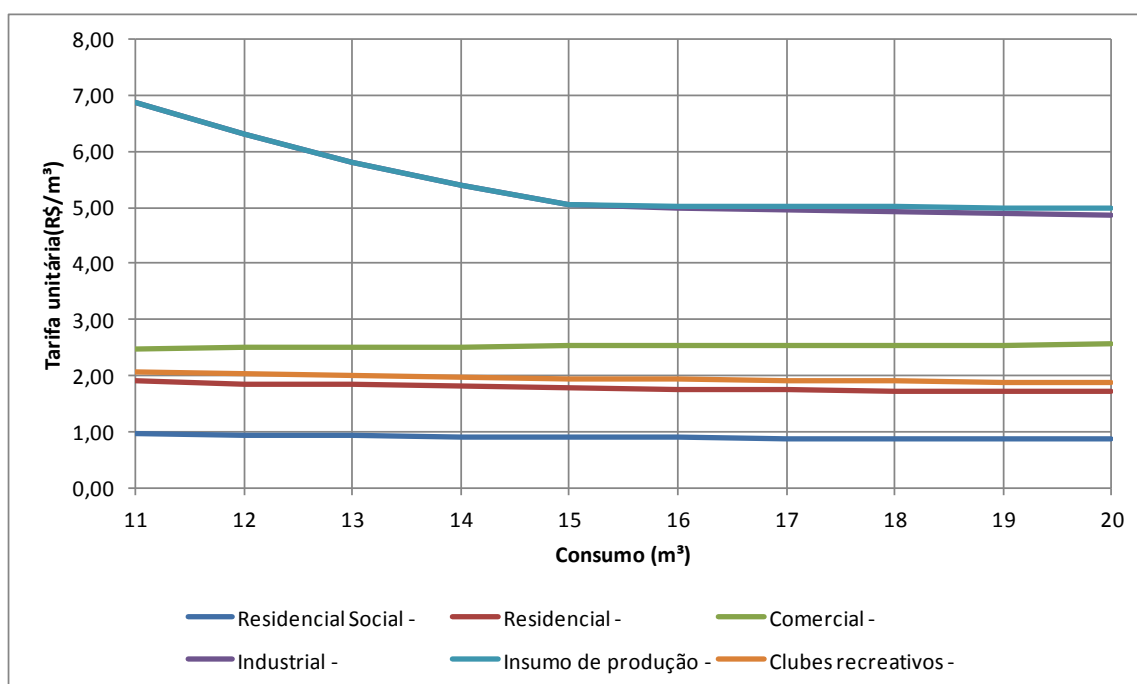


Figura 2 - Tarifa unitária (em R\$/m³) na faixa de consumo entre 11 e 20 m³

Essa situação, além da proporcionalidade de cobrança dos serviços de esgotamento sanitário, merece atenção enquanto dispositivo de cobrança justa dos volumes consumidos, instrumento de estímulo ao uso racional da água e fonte de receitas para manutenção de uma adequada prestação de serviços.

Conforme demonstrado anteriormente, a SAECIL deve enfrentar despesas operacionais e com amortizações relativas ao tratamento de esgoto estimados em R\$ 5,4 milhões, com uma média mensal de R\$ 450 mil.

A estrutura tarifária atual apresenta tarifas das primeiras faixas de consumo relativamente altas, se comparadas a outros municípios, o que não ocorre nas faixas superiores, em desconformidade com as políticas necessárias de incentivo ao uso racional de água.

Com exceção da tarifa mínima residencial, que já possui valores significativos, a reposição inflacionária de todas as faixas de consumo e o ajuste das distorções observadas nas faixas de consumo de 11 a 20 m³ nas categorias Residencial, Residencial Social, Industrial, Insumo de Produção e Clubes Recreativos implica em uma recuperação de receita estimada com as tarifas de água de 12,8% (Referência: outubro/2013).

Se considerado o aumento necessário de proporcionalidade das tarifas de esgotamento sanitário em relação às tarifas de água dos atuais 50%, que estão defasadas em relação aos demais municípios da região, para 70%, a recuperação estimada total de receita (água e esgoto) é da ordem de 27,8%, ou cerca de R\$ 472 mil/mês, que garante saúde financeira à SAECIL para honrar as despesas já compromissadas para com o tratamento de esgoto no município de Leme.

g) Preços Públicos e Multas

A SAECIL avaliou sua estrutura de preços públicos e multas, propondo a remuneração de novos serviços e reajuste inflacionário dos custos existentes, conforme Anexo III.

V. DA CONCLUSÃO

Segundo a Lei Federal nº 11.445/2007, a regulação tem por objetivo definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico financeiro do prestador de serviços de saneamento como a modicidade tarifária proporcionada aos usuários, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços.

A ARES-PCJ considera que o reajuste solicitado pela SAECIL é factível, considerando os diversos compromissos assumidos e que o último reajuste tarifário ocorreu em dezembro de 2012, de maneira a viabilizar a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, para que haja recuperação econômico-financeira do setor de saneamento, para que sejam executados os investimentos necessários e para que os efeitos do reajuste não produzam impactos financeiros significativos nas tarifas dos usuários, a Diretoria Executiva da ARES-PCJ propõe que o reajuste tarifário no Município de Leme seja efetuado, nos seguintes termos:

a) Reajuste das Tarifas de Águas e Esgotos, a partir de fevereiro de 2014, em todas as faixas e categorias de consumo, conforme Tabela 2 do Anexo II;

b) Majoração das Tarifas de Esgoto, a partir de fevereiro de 2014, dos atuais 50% (cinquenta por cento), para 70% (setenta por cento) sobre os valores das Tarifas de Água Tratada já reajustadas, em todas as faixas e categorias de consumo, conforme Tabela 2 do Anexo II;

c) Reajuste das Taxas, Tarifas e Preços Públicos dos demais serviços de água e esgoto, a partir de fevereiro de 2014, conforme Anexo III;

d) Ajuste da atual Tarifa Residencial Social reduzindo sua faixa de aplicação para consumo de até 30m³ (trinta metros cúbicos) de Água Tratada, e para consumos acima desse volume aplicar-se-ão valores praticados na Categoria Residencial, conforme as faixas de consumo.

Dessa forma, com o presente reajuste prevê-se que a SAECIL terá receitas suficientes e necessárias para desenvolver as suas atividades, bem como para garantir seus compromissos e investimentos.

VI. DAS RECOMENDAÇÕES

A Diretoria Executiva da ARES-PCJ recomenda à Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme – SAECIL que:

- a) Oriente a população do Município de Leme no tocante ao uso racional da água e de boas práticas de utilização das redes de esgoto, através de folhetos explicativos e campanhas educacionais;
- b) Reduza as isenções das Tarifas de Água e Esgoto de consumidores públicos e privados, caso existam, a fim de aumentar a receita operacional da autarquia;
- c) Enquadre os usuários considerados como “Entidades Filantrópicas” e os “Prédios Públicos Municipais” nas categorias existentes na estrutura tarifária definida pelo Decreto nº 6.266, de 17/12/2012;
- d) Providencie dotações orçamentárias específicas para despesas com manutenção e ampliação dos serviços de drenagem urbana, evitando subsídios a partir das tarifas de água e esgoto;
- e) Capacite funcionários para detecção de vazamentos nas redes de distribuição de água tratada, a fim de reduzir as perdas físicas;
- f) Institua política de substituição dos hidrômetros usados, com vida útil superior a 5 (cinco) anos, para reduzir as perdas não físicas de água, bem como promova a instalação de macromedidores precisos e confiáveis, a fim controlar a produção e distribuição da água tratada;
- g) Promova gestão para redução do índice de inadimplência dos atuais 53,80% (cinquenta e três vírgula oitenta por cento) para, no máximo, 10% (dez por cento) no mês;
- h) Limite o consumo da Categoria Residencial Social em até 20 m³/mês, em consonância com as resoluções da ARES-PCJ e em prol do uso racional da água, previsto no inciso XIII do Art. 2º da Lei Federal nº 12.862/2013 que altera a Lei de Saneamento;
- i) Implante cobrança diferenciada para usuários que possuam “coleta e afastamento de esgoto” e “coleta, afastamento e tratamento de esgoto”, nas proporções de 70% e 100%, respectivamente, nos termos da Lei Complementar nº 617/2011;
- j) Reavalie, no médio prazo, sua política e estrutura tarifária, com projeções de novos custos, como o de tratamento e destinação de lodos das ETAs - Estações de Tratamento de Água e da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto;
- k) Reavalie seus custos operacionais, a fim de obter resultados financeiros positivos, para a garantia de investimentos no setor;

l) Identifique, nas contas entregues aos usuários, que a SAECIL é fiscalizada e regulada pela Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ), e que esta dispõe de Ouvidoria disponível através do telefone 0800-77-11445 e e-mail ouvidoria@arespcj.com.br.

VII. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Parecer Técnico deverá ser encaminhado aos membros do CRCS - Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Leme, conforme a Cláusula 61ª, do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público e a Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21 de novembro de 2011, a fim de dar ciência e promover análise e discussão na reunião do CRCS - Leme.

Após a reunião do CRCS - Conselho de Regulação e Controle Social de Leme, na qual será analisado o pedido de reajuste tarifário da SAECIL e o conteúdo deste Parecer, a ARES-PCJ emitirá resolução específica, a fim de fixar o reajuste tarifário e a enviará para a Prefeitura Municipal de Leme e à SAECIL para publicação no âmbito local e para as providências legais, visando a aplicação do reajuste tarifário.

Conforme art. 39, da Lei Federal nº 11.445/2007, somente após 30 (trinta) dias da publicação da Resolução da ARES-PCJ que concede o reajuste das tarifas, é que poderão ser praticadas as novas tarifas de água e esgoto cobrados pela SAECIL.

Este é o parecer.

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo Financeiro

CARLOS ROBERTO B. GRAVINA
Diretor Técnico

DALTO FAVERO BROCHI
Diretor Geral

PARECER TÉCNICO ARES-PCJ Nº 01/2014

ANEXO I

Tabela 1 - Série Histórica do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE

Ano	Mês	Número Índice	Variação (%)		
		(Dez/ 93 = 100)	No Mês	No Ano	12 Meses
2012	Janeiro	3.422,79	0,56	0,56	6,22
	Fevereiro	3.438,19	0,45	1,01	5,85
	Março	3.445,41	0,21	1,22	5,24
	Abril	3.467,46	0,64	1,87	5,1
	Maiο	3.479,94	0,36	2,24	4,99
	Junho	3.482,72	0,08	2,32	4,92
	Julho	3.497,70	0,43	2,76	5,2
	Agosto	3.512,04	0,41	3,18	5,24
	Setembro	3.532,06	0,57	3,77	5,28
	Outubro	3.552,90	0,59	4,38	5,45
	Novembro	3.574,22	0,6	5,01	5,53
	Dezembro	3.602,46	0,79	5,84	5,84
2013	Janeiro	3.633,44	0,86	0,86	6,15
	Fevereiro	3.655,24	0,6	1,47	6,31
	Março	3.672,42	0,47	1,94	6,59
	Abril	3.692,62	0,55	2,5	6,49
	Maiο	3.706,28	0,37	2,88	6,5
	Junho	3.715,92	0,26	3,15	6,7
	Julho	3.717,03	0,03	3,18	6,27
	Agosto	3.725,95	0,24	3,43	6,09
	Setembro	3.738,95	0,35	3,79	5,86
	Outubro	3.760,30	0,57	4,38	5,84
	Novembro	3.780,61	0,54	4,95	5,77

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201311_1.shtm
(Acesso em 27 de dezembro de 2013)

PARECER TÉCNICO ARES-PCJ Nº 01/2014

ANEXO II

Tabela 2 – Valores das Tarifas de Água Tratada e Esgotamento Sanitário

Faixa de Consumo (m³)	Residencial	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 10 m³ (mínimo)	19,80	13,86
De 11 a 20 m³	2,19	1,53
De 21 a 30 m³	2,79	1,95
De 31 a 40 m³	3,47	2,43
De 41 a 50 m³	3,63	2,54
De 51 a 100 m³	4,84	3,39
Acima de 100 m³	5,70	3,99

Faixa de Consumo (m³)	Residencial Social	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 10 m³ (mínimo)	9,90	6,93
De 11 a 20 m³	1,10	0,77
De 21 a 30 m³	1,40	0,98
Observação: os consumos a partir de 30m³ na Categoria Residencial Social serão tarifados a partir das Tarifas da Categoria Residencial Normal		

Faixa de Consumo (m³)	Comercial	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 10 m³ (mínimo)	26,06	18,24
De 11 a 20 m³	3,21	2,25
De 21 a 30 m³	4,84	3,39
De 31 a 50 m³	5,72	4,00
De 51 a 100 m³	8,40	5,88
Acima de 100 m³	10,03	7,02

Observação: a Tarifa de Esgotamento Sanitário corresponde a 70% da Tarifa de Água

Tabela 2 – Valores das Tarifas de Água Tratada e Esgotamento Sanitário (continuação)

Faixa de Consumo (m³)	Industrial	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 15 m³ (mínimo)	80,10	56,07
De 16 a 30 m³	5,97	4,18
De 31 a 50 m³	6,41	4,49
De 51 a 100 m³	8,19	5,73
De 101 a 500 m³	8,46	5,92
De 501 a 1000 m³	9,03	6,32
Acima de 1000 m³	9,46	6,62

Faixa de Consumo (m³)	Insumo de Produção	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 15 m³ (mínimo)	80,10	56,07
De 16 a 1000 m³	6,40	4,48
Acima de 1000 m³	6,64	4,65

Faixa de Consumo (m³)	Clubes Recreativos	
	Tarifa de Água (R\$/m³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m³)
De 0 a 10 m³ (mínimo)	22,32	15,62
De 11 a 20 m³	2,31	1,62
De 21 a 30 m³	3,03	2,12
De 31 a 40 m³	3,81	2,67
De 41 a 50 m³	3,85	2,70
De 51 a 100 m³	4,02	2,81
Acima de 100 m³	4,48	3,14

Observação: a Tarifa de Esgotamento Sanitário corresponde a 70% da Tarifa de Água

PARECER TÉCNICO ARES-PCJ Nº 01/2014

ANEXO III – Relação de Preços Públicos e Multas

Artigo 1º - A Tabela de Preços de Mão de Obra constante do Decreto nº 6.267, de 17 de dezembro de 2012, passa a vigorar na seguinte conformidade.

Preços de Mão de Obra

1. Substituição de cavalete para Padrão

À Vista R\$ 53,94

À Prazo R\$ 54,38 em 2 parcelas de R\$ 27,19

2. Ligação de água até a calçada sem asfalto – até 8 metros

À Vista R\$ 134,12

À Prazo R\$ 136,14 em 6 parcelas de R\$ 22,69

3. Ligação de água até a calçada com asfalto – até 8 metros

À Vista R\$ 217,89

À Prazo R\$ 225,60 em 10 parcelas de R\$ 22,56

4. Ligação de esgoto sem asfalto – até 8 metros

À Vista R\$ 188,16

À Prazo R\$ 192,78 em 9 parcelas de R\$ 21,42

5. Ligação de esgoto com asfalto – até 8 metros

À Vista R\$ 271,93

À Prazo R\$ 284,04 em 12 parcelas de R\$ 23,67

6. Ligação de água com rede na calçada

À Vista R\$ 107,99

À Prazo R\$ 109,15 em 5 parcelas de R\$ 21,83

7. Ligação de esgoto com rede na calçada

À Vista R\$ 107,99

À Prazo R\$ 109,15 em 5 parcelas de R\$ 21,83

8. Ligação de água completa com asfalto

À Vista R\$ 271,93

À Prazo R\$ 284,04 em 12 parcelas de R\$ 23,67

9. Ligação de água completa sem asfalto

À Vista R\$ 188,16

À Prazo R\$ 192,78 em 9 parcelas de R\$ 21,42

10. Substituição de canalização de água sem cavalete e sem asfalto

À Vista R\$ 134,12

À Prazo R\$ 136,14 em 6 parcelas de R\$ 22,69

11. Substituição de canalização de água com cavalete e asfalto

À Vista R\$ 271,93

À Prazo R\$ 284,04 em 12 parcelas de R\$ 23,67

12. Mudança de padrão com distância superior à 1 (um) metro, será acrescida a importância de R\$ 10,45 (nove reais e oitenta e oito centavos) por metro linear, arredondando a fração para maior.

13. Reparo Completo de vazamentos nas redes de água ou esgoto sem asfalto – cobrado da empresa executora da obra dentro de prazo de garantia

À vista R\$ 425,43

14. Reparo Completo de vazamentos nas redes de água ou esgoto com asfalto – cobrado da empresa executora da obra dentro de prazo de garantia

À vista R\$ 623,13

15. Caminhão de Água da SAECIL entregue fora do Perímetro Urbano

À vista R\$ 239,50

16. Caminhão de Água a ser retirado pelo requisitante em m3

À vista R\$ 12,05

17. Desentupimento de Esgoto na ligação Residencial (calçada) até 60 minutos de serviços

À vista R\$ 59,40

Obs.: após 60 minutos será cobrada hora/homem no valor de R\$ 18,80

18. Desentupimento de Esgoto na ligação Comercial (calçada) até 60 minutos de serviços

À vista R\$ 81,00

Obs.: após 60 minutos será cobrada hora/homem no valor de R\$ 18,80

19. Desentupimento de Esgoto na ligação Industrial (calçada) até 60 minutos de serviços

À vista R\$ 112,30

Obs.: após 60 minutos será cobrada hora/homem no valor de R\$18,80

20. Elaboração de orçamento para execução de redes de água – lote de terreno até 125 m²

À vista R\$ 34,10 por lote

21. Elaboração de orçamento para execução de redes de água – lote de terreno acima de 125 m² (por m² excedente)

À vista R\$ 0,39

22. Serviços de análise e parecer sobre projetos, memoriais descritivos em lote de terreno de até 125 m²

À vista R\$ 34,10 por lote

23. Serviços de análise e parecer sobre projetos, memoriais descritivos em lote de terreno acima de 125 m² (por m² excedente)

À vista R\$ 0,39

24. Serviços de análise e parecer sobre projetos, memoriais descritivos em desdobramento ou unificação de lotes até 125 m²

À vista R\$ 34,10 por lote

25. Serviços de análise e parecer sobre projetos, memoriais descritivos em desdobramento ou unificação de lotes acima de 125 m² (por m² excedente)

À vista R\$ 0,39

26. Serviços de análise e parecer sobre projeto, memoriais descritivos de edifícios com unidades de até 70 m²

À vista R\$ 15,00 por unidade (Acima de 70 m²: R\$ 0,81/m³ excedente)

27. Serviços de fiscalização e aprovação de instalações de redes de água e esgoto em loteamentos

À vista R\$ 39,50 por lote

28. Vistoria e emissão de habite-se

À vista R\$ 22,14

29. Conserto de calçada em virtude de corte

À vista R\$ 42,00 por m², mínimo de 1 m²

30. Mão de Obra

- a. Operador de Retroescavadeira: R\$ 22,50
- b. Motorista: R\$ 19,50
- c. Pedreiro: R\$ 18,80
- d. Encanador: R\$ 19,50
- e. Oficial de Manutenção: R\$ 18,80

31. Horas de Máquinas:

- a. Retroescavadeira: R\$ 110,00
- b. Escavadeira Hidráulica: R\$ 226,77
- c. Caminhão: R\$ 110,00

32. Limpeza de fossa

Por viagem de 8 m³: R\$ 204,03

33. Ligação provisória para diversos fins

À vista R\$ 124,70

34. Desligamento ou ligação de água

À vista R\$ 30,65

35. Inspeções e vistorias de instalações requeridas pelo Interessado

À vista R\$ 30,65

36. Substituição de hidrômetro por desgaste natural

Gratuito

Artigo 2º - Pelos serviços abaixo, serão sobrados os seguintes preços:

1. Certidões, atestados e declarações:

- 1.1 por lauda: R\$ 21,58
- 1.2 por lauda excedente: R\$ 6,24
- 1.3 buscas por ano: R\$ 21,58

2. Desligação ou ligação de água: R\$ 30,57

3. Inspeções e vistorias de instalações requeridas pelo interessado: R\$ 13,64

4. Expedição de 2º via de aviso-recibo: R\$ 5,18

Artigo 3º - Pelas infrações e disposições do Regulamento de Serviços abaixo relacionados, serão cobradas multas como segue:

1. Multa de 0,5 (meio) salário mínimo para as seguintes infrações:

- 1.1 Impedimento do acesso para inspeção de rede interna e hidrômetro por servidores da SAECIL
- 1.2 Emprego de injetores ou bombas de sucção na rede interna ou ramal de água
- 1.3 Violação da Caixa Padrão

2. Multa de 1 (um) salário mínimo para as seguintes infrações:

- 2.1 Rompimento do selo do hidrômetro ou religação de água por conta própria
- 2.2 Intervenção indevida nos ramais de derivação ou coletor
- 2.3 Retirada ou violação do hidrômetro

- 2.4 Utilização de ponto de água de logradouros públicos, sem autorização expressa da SAECIL
- 2.5 Despejo de águas pluviais na canalização de esgotos sanitários ou interligações dos dois sistemas
- 2.6 Despejo de resíduos sólidos que venham a comprometer os emissários de esgotos
- 2.7 Manobra de registro da rede externa sem autorização expressa da SAECIL
- 2.8 Derivação clandestina de um para outro prédio, ainda que do mesmo proprietário
- 2.9 Emprego de qualquer meio com o intuito de fraudar o registro do consumo de água
- 2.10 Danificação ou utilização de hidrantes para fins que não sejam de calamidade pública ou sem autorização expressa da SAECIL
- 2.11 Execução de obras e serviços em desacordo com as determinações técnicas da SAECIL ou das Normas Técnicas Brasileiras (ABNT)
- 2.12 Lavagens de calçadas e veículos durante período determinado pela SAECIL para redução de consumo

3. Multa de 5 (cinco) salários mínimos para as seguintes infrações:

- 3.1 Lançamento na rede pública de resíduos líquidos que, por suas características, exijam tratamento prévio
- 3.2 Danos às adutoras, sub-adutoras, emissários, galerias de águas pluviais ou qualquer equipamento da rede de distribuição, coleta e drenagem da SAECIL
- 3.3 Início de obra de instalação de água e esgoto em loteamento ou agrupamento de edificações sem autorização da SAECIL
- 3.4 Alteração do projeto de instalação de água ou esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações sem prévia autorização da SAECIL

§ 1º - A aplicação das multas acima referidas, não desobriga o usuário faltoso da correção da irregularidade que deu origem a punção.

§ 2º - Em casos de imóveis alugados a terceiros, os Autos de Infração e de Notificação de Multas serão aplicados e encaminhados ao proprietário, locador de imóvel.

§ 3º - Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro, em nova reincidência será aplicada em três vezes o valor da multa seguido de Boletim de Ocorrência Policial.

§ 4º - Em caso de interrupção no fornecimento de Água por qualquer motivo, o usuário pagará as tarifas nos termos do parágrafo único do artigo 40 do decreto 1024 de 24/02/1975.